

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PENTATLO MODERNO - CBPM**  
**CNPJ: 04.892.274/0001-93**

**CONTÉM:**

1. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
2. BALANÇO PATRIMONIAL
3. DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO PERÍODO
4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5. DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA
6. NOTAS EXPLICATIVAS

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.

Presidente e Diretores

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PENTATLO MODERNO - CBPM**

**Rio de Janeiro – RJ**

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PENTATLO MODERNO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de Superávit ou Déficit, das Mutações do Patrimônio Social, Superávit ou Déficit acumulados, do Fluxo de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PENTATLO MODERNO** em 31 de dezembro de 2019, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para Opinião sem ressalva

Nossa auditoria foi conduzida em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PENTATLO MODERNO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros Assuntos

#### Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PENTATLO MODERNO** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram por nós examinadas e emitimos relatório em 22 de março de 2019 com opinião sem ressalva sobre essas demonstrações contábeis.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

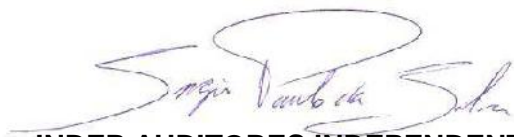
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- J) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- J) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- J) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- J) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter a continuidade operacional.
- J) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Rio de Janeiro, 28 de Fevereiro de 2020.



**INDEP AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
**CRC-RJ: 0329 - CNPJ: 42.464.370/0001-20 - IBRACON: 031**  
**SERGIO PAULO DA SILVA**  
**Contador CRC-RJ 087960/O-0 - IBRACON 4061**  
**SÓCIO – RESPONSÁVEL TÉCNICO**

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PENTATLO MODERNO**  
**CNPJ: 04.892.274/0001-93**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

<b>ATIVO</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.476.242,60	1.233.254,55
Outros Devedores	52.031,88	9.908,82
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>1.528.274,48</b>	<b>1.243.163,37</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Devedores Diversos	14.577,60	-
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>14.577,60</b>	<b>-</b>
<b>VALOR TOTAL ATIVO</b>	<b>1.542.852,08</b>	<b>1.243.163,37</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>CIRCULANTE</b>		
Contas a Pagar	635.918,04	392.124,51
Remunerações a Pagar	1.265,68	-
Tributos a Recolher	72.995,29	66.684,30
Outros Credores	28.802,96	15.668,59
Provisão de Férias	44.960,44	45.485,50
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>783.942,41</b>	<b>519.962,90</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Contas Correntes	29.873,99	36.825,48
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>29.873,99</b>	<b>36.825,48</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Superávit / Déficit Acumulado	729.035,68	686.374,99
<b>TOTAL PATRIMONIO LÍQUIDO</b>	<b>729.035,68</b>	<b>686.374,99</b>
<b>VALOR TOTAL PASSIVO</b>	<b>1.542.852,08</b>	<b>1.243.163,37</b>



**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PENTATLO MODERNO**  
**CNPJ: 04.892.274/0001-93**

**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO PERÍODO**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>RECEITAS</b>		
COB - Comitê Olímpico Brasileiro	3.275.120,65	2.675.280,21
Solidariedade Olímpica Internacional	159.526,43	49.132,65
Manut. Ent./ Prep. Téc. (Prov. Férias)	44.960,44	-
SOI valor Não utilizado	(88.603,71)	(17.855,71)
Receitas Administrativas	58.211,61	78.061,91
<b>TOTAL DE RECEITAS</b>	<b>3.449.215,42</b>	<b>2.784.619,06</b>
<b>DESPESAS</b>		
COB - Comitê Olímpico Brasileiro		
<i>Projeto de Fomento</i>	34.257,76	52.493,90
<i>Formação de R.H</i>	85.607,56	12.740,00
<i>Preparação Técnica</i>	1.647.898,74	1.573.070,06
<i>Participação em Eventos Desportivo</i>	821.915,47	373.018,05
Solidariedade Olímpica Internacional	69.173,68	31.276,94
Devolução SOI	1.749,04	-
	<b>2.660.602,25</b>	<b>2.042.598,95</b>
<b>CUSTOS ADMINISTRATIVOS</b>		
Gastos Administrativas	60.511,36	98.243,58
Despesas Administrativas COB	685.441,12	663.958,20
<b>TOTAL DE DESPESAS</b>	<b>745.952,48</b>	<b>762.201,78</b>
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>	<b>42.660,69</b>	<b>(20.181,67)</b>



---

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PENTATLO MODERNO**  
**CNPJ: 04.892.274/0001-93**

---

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Superávit / Déficit do Exercício</b>	<u>42.660,69</u>	<u>(20.181,67)</u>
	<b>42.660,69</b>	<b>(20.181,67)</b>
<b>Fluxo de Caixa / Ativ. Operacionais</b>	<b>200.327,36</b>	<b>79.812,20</b>
Outros Credores	13.134,37	(41.464,71)
Tributos e Contribuições	6.310,99	14.650,36
Remunerações a Pagar	1.265,68	(30.529,89)
Contas a Pagar	243.793,53	146.612,89
Provisão de Férias	(525,06)	(5.099,86)
C/C Diversas Longo Prazo	(6.951,49)	(5.281,47)
Outros Devedores	(56.700,66)	924,88
<b>Depreciações</b>	-	-
<b>Aumento Caixa e Equi. Caixa</b>	<b>242.988,05</b>	<b>59.630,53</b>
Caixa e Equiv. Caixa no Início exerc.	1.233.254,55	1.173.624,02
Caixa e Equiv. Caixa no Final exerc.	1.476.242,60	1.233.254,55



---

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PENTATLO MODERNO**  
**CNPJ: 04.892.274/0001-93**

---

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMONIO SOCIAL**

	<b>Superávit Acumulado</b>	<b>TOTAL</b>
Saldo em 31/12/2017	706.556,66	706.556,66
Superávit do Exercício 2018	<u>(20.181,67)</u>	<u>(20.181,67)</u>
Saldo em 31/12/2018	686.374,99	686.374,99
Superávit do Exercício 2019	<u>42.660,69</u>	<u>42.660,69</u>
Saldo em 31/12/2019	729.035,68	729.035,68





---

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PENTATLO MODERNO**  
**CNPJ: 04.892.274/0001-93**

---

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

**1. Contexto operacional**

A Confederação Brasileira de Pentatlo Moderno, designada pela sigla CBPM, filiada à União Internacional de Pentatlo Moderno, designada pela sigla UIPM, e ao Comitê Olímpico do Brasil, designado pela sigla COB, criada pela Federação de Pentatlo Moderno do Estado do Rio de Janeiro, pela Federação de Pentatlo Moderno do Distrito Federal e pela Federação Gaúcha de Pentatlo Moderno, é uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo, fundada na cidade do Rio de Janeiro em 21 de outubro de 2001 e constituída pelas Entidades filiadas de administração do Pentatlo Moderno, todas com direitos iguais, que, no território brasileiro, dirijam ou venham a dirigir de fato o Pentatlo Moderno.

A CBPM tem por finalidade:

- a) Administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar em todo o país a prática do Pentatlo Moderno em todos os níveis, inclusive o praticado por portadores de deficiências, quando a Federação Internacional permitir;
- b) Representar o Pentatlo Moderno brasileiro junto aos poderes públicos em caráter geral;
- c) Representar o Pentatlo Moderno brasileiro no exterior, em competições amistosas ou oficiais da UIPM, Confederação Sul-Americana de Pentatlo Moderno, observada a competência do COB;
- d) Promover ou permitir a realização de competições interestaduais e de competições internacionais no território brasileiro;
- e) Respeitar e fazer respeitar as regras, normas e regulamentos internacionais e olímpicos;
- f) Informar às filiadas sobre as decisões que adotar, bem como aquelas que emanarem dos poderes públicos e das Entidades internacionais;
- g) Regular as inscrições dos praticantes do Pentatlo Moderno nas federações e as transferências de uma para outra de suas filiadas, fazendo cumprir as exigências das leis nacionais e internacionais;
- h) Promover e fomentar a prática do Pentatlo Moderno de alto nível, estudantil, universitário e de cunho social;
- i) Promover o funcionamento de cursos técnicos e de arbitragem de Pentatlo Moderno;
- j) Promover a realização de campeonatos e torneios do desporto que dirige;



- k) Expedir às filiadas estaduais, com caráter de adoção obrigatória, qualquer ato necessário à organização, ao funcionamento e à disciplina das atividades de Pentatlo Moderno que promoverem ou participarem;
- l) Regulamentar as disposições legais baixadas a respeito dos atletas, dispondo sobre inscrições, registro, inclusive de contratos, transferências, remoções, reversões, cessões temporárias ou definitivas;
- m) Decidir sobre a promoção de competições interestaduais ou nacionais pelas entidades estaduais de administração e de prática de Pentatlo Moderno, estabelecendo diretrizes, critérios, condições e limites, sem prejuízo de manter a privacidade de autorização para que tais entes desportivos possam participar de competições de caráter internacional;
- n) Interceder perante os poderes públicos, em defesa dos direitos e interesses legítimos das pessoas jurídicas e físicas sujeitas à sua jurisdição;
- o) Praticar, no exercício da direção nacional do Pentatlo Moderno, todos os atos necessários à realização de seus fins.

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis**

### **2.1 Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

### **2.2 Principais práticas contábeis**

As principais práticas e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas a seguir:

#### **a. Resultado das operações**

É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

#### **b. Caixa e equivalentes de caixa**

As disponibilidades são representadas pelos recursos mantidos em espécie pela Entidade e pelos saldos dos depósitos bancários. As aplicações financeiras, representadas por investimentos temporários de curto prazo mantidos em instituições financeiras no País, com prazos de vencimento de até três meses, a contar da data da aquisição e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são avaliadas pelos valores efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Nenhuma das aplicações financeiras é destinada à negociação ou se encontra disponível para venda, motivo pelo qual não são avaliáveis pelo seu valor justo ou de mercado. Deste modo, não foram efetuados registros contábeis no patrimônio líquido a título de ajustes de avaliação patrimonial em decorrência dos aumentos ou diminuições de valor resultante das avaliações pelo critério de valor justo ou de mercado, visto que os montantes demonstrados efetivamente representam os respectivos valores de realização.



### c. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações, que não supera o valor provável de recuperação determinado com base nos resultados das operações futuras da Entidade. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor residual líquido do imobilizado é nulo.

### d. Passivo circulante

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

### e. Imposto de renda e contribuição social

A Entidade está isenta de pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social, em virtude de sua operação e não ter finalidade de lucros, conforme determinado pelo artigo 184 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 9.580 de 22 de novembro de 2018.

### f. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

## 3. Caixa e equivalentes de caixa

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa	<b>4.033</b>	<b>4.752</b>
Bancos Conta Movimento - Recursos Próprios	106.810	27.353
Bancos conta Movimento - COB	62.339	49.075
	<b>169.149</b>	<b>76.428</b>
Aplicação Financeira - Recursos Próprios	720.192	751.492
Aplicação Financeira - COB	582.869	400.583
	<b>1.303.061</b>	<b>1.152.075</b>
<b>VALOR TOTAL</b>	<b>1.476.243</b>	<b>1.233.255</b>



### 3.1. Outros Devedores

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	2019		2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Outros Devedores</b>	<b>52.032</b>	<b>14.577</b>	<b>9.909</b>	

### 4. Contas a pagar

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	2019		2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Contas a Pagar	54.170	29.874	53.517	36.825
Contas a Pagar - COB (i)	564.172		381.905	
Contas a Pagar - SOI (ii)	91.339		17.856	
	<b>709.681</b>	<b>29.874</b>	<b>453.278</b>	<b>36.825</b>

(i) Durante o exercício de 2019, a Confederação Brasileira de Pentatlo Moderno recebeu recursos do COB, através de repasses da Lei Agnelo/Piva. Foi utilizado e/ou devolvido o montante de R\$ 3.340.283 (R\$ 2.706.519 em 2018), nas operações do objeto social da Entidade. O saldo em 31 de dezembro de 2019, que era de R\$ 655.511 (R\$ 399.761 em 2018), que inclui rendimentos das aplicações financeiras dos recursos da Lei Piva, será utilizado para quitar despesas relativas a projetos não encerrados de 2019, ou devolvido ao COB.

(ii) SOI – Programa Solidariedade Olímpica verba repassada pelo COB.

### 5. Tributos a recolher

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	2019	2018
INSS a Recolher	46.035	44.470
FGTS a Recolher	6.355	5.946
PIS a Recolher	947	822
IRRF a Recolher	19.658	15.446
	<b>72.995</b>	<b>66.684</b>

### 6. Patrimônio social

O Patrimônio Social é constituído pelos resultados acumulados de cada exercício, referentes às operações inerentes à Entidade.



## 7. Contingências

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, e quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Não há qualquer processo contra a Entidade que gere a necessidade de provisões.

## 8. Lei Agnelo/Piva

A Confederação Brasileira de Pentatlo Moderno recebeu recursos da Lei Agnelo/Piva para utilização no objeto social da Entidade. Esse montante é registrado em caixa e equivalentes de caixa ou em contrapartida de contas a pagar. Durante o exercício, a Entidade utilizou o montante de R\$ 3.344.294 (R\$ 2.706.519 em 2018) nas operações do objeto social da Entidade, registrando receitas e despesas de igual montante para manter o equilíbrio na apuração do resultado deste convênio, conforme demonstramos a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas Da Lei Agnelo/Piva	3.275.120	2.675.242
Recebido SOI	69.174	31.277
<b>Total da Receita Apropriada</b>	<b><u>3.344.294</u></b>	<b><u>2.706.519</u></b>
Programa de Projeto/ Fomento	(34.258)	(52.494)
Desenvolvimento e Manutenção do desporto	(369.020)	(382.358)
Preparação Técnica	(1.647.899)	(1.574.070)
Formação de recursos Humanos	(85.607)	(12.740)
Participação em eventos esportivos	(821.915)	(371.980)
Remuneração de dirigentes estatutários	(316.421)	(281.600)
Patrocínios Diversos - SOI	(69.174)	(31.277)
<b>Total dos Gastos apropriados</b>	<b><u>(3.344.294)</u></b>	<b><u>(2.706.519)</u></b>

## 9. Remuneração de dirigentes estatutários

Em 30 de julho de 2014, o Comitê Olímpico do Brasil emitiu a Instrução Normativa COB nº 02, que disciplina a aplicação de recursos financeiros decorrentes da Lei nº 9.615/98 de 24 de março de 1998, para pagamento de remuneração a dirigentes estatutários das Confederações, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013. A remuneração paga a dirigentes estatutários, com recursos da Lei Agnelo/Piva, teve vigência a partir de agosto de 2014.

## 10. Receitas de recursos próprios

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas Eventuais	8.979	
Mensalidades e Taxas	7.204	7.500
Receitas Financeiras	33.992	36.694
Outras Receitas	52.997	33.868
	<b><u>103.172</u></b>	<b><u>78.062</u></b>



## 11. Despesas operacionais

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas Gerais	41.518	47.276
Despesas com Pessoal	3.001	37.000
Despesas c/ Tributos, Taxas e Contribuições	4.912	4.932
Despesas Financeiras	<u>11.081</u>	<u>9.036</u>
	<u><b>60.512</b></u>	<u><b>98.244</b></u>

